

A DEMOGRAFIA DAS SOCIEDADES INSULARES PORTUGUESAS. SÉCULOS XV A XXI

CARLOTA SANTOS
PAULO TEODORO DE MATOS

FICHA TÉCNICA

Título: A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI

Coordenação: Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos

Revisão: Joana Paulino

Figura da capa: Luís Teixeira, Descrição das Ilhas de São Jorge e do Pico.

Pergaminho colado sobre madeira, A 70 x L 93 cm. 1587.

Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, Portulano 17

Reproduzido com a autorização do Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo da Repubblica Italiana

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-8612-06-9

Depósito Legal: 368276/13

Concepção gráfica: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda. www.sersilito.pt

Braga, Setembro 2013

O ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA: DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS DE 1890 A 2011

ISABEL TIAGO DE OLIVEIRA*

O arquipélago da Madeira tem sido uma região esquecida nas análises demográficas. Em termos comparativos, as análises sobre o continente e sobre as ilhas dos Açores são mais numerosas e também mais divulgadas. A presente abordagem procura suprir essa lacuna, efectuando uma abordagem global da dinâmica populacional entre finais do século XIX e a primeira década do século XXI, procurando captar os momentos chave do processo de transição da demográfica nesta região e, em simultâneo, a evolução da emigração oriunda da Madeira.

A POPULAÇÃO MADEIRENSE: DIMENSÃO E RITMOS DE CRESCIMENTO

Em 1890, a Madeira tem cerca de 134.000 residentes. Desde essa época, o arquipélago vê a sua população aumentar de forma gradual. Em 1950 atinge o seu valor máximo com 270.000 habitantes: um número muito elevado atendendo a que cerca de seis décadas antes o quantitativo se cifrava em cerca de metade e que, em simultâneo, as perdas populacionais associadas às migrações foram bastante expressivas. À excepção dos períodos intercensitários de 1878-90 e da década de

* ISCTE-IUL, CIES.

¹ Este texto resulta da actualização de um trabalho anteriormente publicado na revista *População e Sociedade* n.º 5, intitulado “A ilha da Madeira – transição demográfica e emigração”. Em relação a esta primeira publicação, a presente abordagem estende o âmbito cronológico da análise até 2011. Para além disso, foram acrescentados alguns indicadores e corrigidos alguns valores apresentados (ver nota metodológica).

Gostaria de renovar os meus agradecimentos a quem me apoiou nas primeiras investigações sobre as ilhas: a Maria Luís Rocha Pinto (orientadora do mestrado, a partir do qual surgiu esta análise), a Gilberta Rocha e a Jorge Freitas Branco.

1911-20, marcada pela Grande Guerra e pelos efeitos da gripe pneumónica, nos quais o crescimento populacional foi relativamente reduzido, todo o restante período entre meados do século XIX e meados do século XX é marcado por significativos ganhos populacionais. Durante este período, as taxas de crescimento anual² são quase sempre acima do 10‰; isto é, os ganhos populacionais anuais são superiores a 10 em cada 1000 habitantes e, em termos decenais, superiores a 10%. Entre 1920 e 1940, os ganhos são ainda mais acentuados: a taxa de crescimento anual atinge os 16‰.

Uma outra forma de expressar o ritmo de crescimento de uma população consiste no cálculo do tempo que a população levaria a duplicar, se o ritmo observado nesse período se mantivesse constante. Podemos observar que, até 1960, a estimativa do número de anos necessário para que a população madeirense duplicasse, variava entre pouco mais de 40 anos e ligeiramente menos que 90 anos, à excepção do período que medeia a implantação da República e o final da Grande Guerra.

Desde 1950 o crescimento demográfico nunca mais atingiu níveis semelhantes. A população não voltou a atingir o mesmo valor e, por várias vezes, se encontram decréscimos significativos associados a fortes saídas populacionais.

Tabela 1. População, crescimento e tempo de duplicação na Madeira (1864-2011)

Data	Residentes	Período	Varição	T.C.T. (‰)	T.D. (anos)
1890	134085				
1900	150340	1890-00	16255	11,5	61
1911	170091	1900-11	19751	11,3	62
1920	180360	1911-20	10269	6,5	106
1930	212458	1920-30	32098	16,5	42
1940	249439	1930-40	36981	16,2	43
1950	269769	1940-50	20330	7,9	88
1960	268937	1950-60	-832	-0,3	-
1970	251135	1960-70	-17802	-6,8	-
1981	252844	1970-81	1709	0,6	1124
1991	253426	1981-91	582	0,2	3015
2001	245011	1991-01	-8415	-3,4	-
2011	267938	2001-11	22927	9,0	77

² No cálculo da taxa anual de crescimento foi admitida a hipótese de um crescimento de tipo geométrico, por uma questão de coerência com a estimativa do tempo de duplicação populacional, cuja fórmula habitual supõe um crescimento deste tipo. Na tabela 2, as taxas de crescimento total, natural e migratório, foram calculadas admitindo um crescimento de tipo aritmético.

Nos anos 50, a população madeirense estabiliza e, na década de 60, sofre uma importante diminuição: em 1970 o número de residentes rondava os 250.000, quase menos 20 mil indivíduos. Os crescimentos anuais são negativos, embora no primeiro decénio seja muito próximo de zero. Nesta circunstância, não é possível calcular o tempo de duplicação, uma vez que a população não cresce.

Durante as duas décadas seguintes, 1970-1991, assiste-se a uma relativa estabilidade da população madeirense, com quantitativos na ordem dos 250.000 residentes. Os crescimentos anuais são positivos mas muito próximos de zero e seriam necessários mais de 1000 anos para que a população conseguisse duplicar a sua dimensão.

O período mais recente é marcado por dinâmicas contraditórias: nos anos 90 a população insular tem uma quebra importante no número de habitantes, enquanto na primeira década deste século se verifica um dos maiores ganhos populacionais (dados provisórios do censo de 2011). Na primeira década do século XXI, a taxa anual de crescimento volta a aproximar-se dos 10‰ e, conseqüentemente, o tempo necessário para a duplicação populacional volta a diminuir, situando-se em valores próximos dos encontrados na primeira metade do século XX. No entanto, se anteriormente este crescimento resultava de ganhos significativos no crescimento natural, na actualidade o aumento demográfico advém de fortes movimentos migratórios de entrada.

Esta evolução do crescimento populacional e das suas componentes – natural e migratória – pode ser analisada a partir da tabela 2.

Tabela 2. Taxas de crescimento total, natural e migratório (1864-2011)

Década	TC Total (‰)	TC Natural (‰)	TC Migratório (‰)
1890-00	12,1	18,4	-6,3
1900-11	11,9	17,8	-5,8
1911-20	6,7	14,2	-7,5
1920-30	17,8	19,6	-1,8
1930-40	17,4	20,0	-2,6
1940- 50	8,2	16,1	-7,9
1950- 60	-0,3	18,1	-18,4
1960-70	-6,6	18,4	-25,1
1970- 81	0,6	10,4	-9,7
1981-91	0,2	6,1	-5,8
1991-01	-3,3	2,6	-5,9
2001-11	9,4	0,9	8,5

Na última década do século passado e na primeira do século XX, é possível encontrar uma situação caracterizada por crescimentos naturais bastante elevados, mas que são acompanhados por saídas populacionais bastante expressivas.

No decénio seguinte, 1911 a 1920, a população abranda o seu crescimento natural. Para isso contribuem múltiplos factores. Por um lado, a Primeira Guerra Mundial, não porque as vítimas fossem directas, apesar do bombardeamento à cidade do Funchal em Dezembro de 1916, mas porque a guerra impunha restrições de vários géneros. Também a gripe pneumónica que em 1918-19 teve um efeito significativo causando um aumento da mortalidade. Em termos demográficos o crescimento natural foi inferior ao verificado nas duas décadas anteriores, tendo para isso contribuído a mortalidade elevada, mas também uma diminuição da natalidade. O saldo migratório negativo acentua-se revelando maiores saídas populacionais do que anteriormente.

Nos anos 20 e 30, o crescimento total assume valores mais elevados do que no final do século XIX e início deste século. Diversos acontecimentos contribuem para esta alteração que decorre fundamentalmente da menor emigração – cerca de um terço da verificada nas décadas anteriores. Desde o início dos anos 20 que os EUA, um dos principais destinos dos emigrantes madeirenses, se fecha e, a partir dos anos 30, a recessão económica mundial acentua-se fazendo diminuir as oportunidades para os emigrantes. A implantação do Estado Novo em 1926, as revoltas da Madeira (e Açores) em 1931 a Guerra de Espanha e a permanente ameaça de nova guerra mundial a partir da Alemanha Nazi, poderão ter tido também efeitos indirectos sobre a população numa ilha economicamente muito ligada a Inglaterra. Se a menor emigração decorre fundamentalmente da conjuntura internacional, o aumento verificado no crescimento natural terá razões mais próximas, entre as quais a própria diminuição da emigração: esta, ao levar os mais jovens a diminuir a população em idade fértil; por outro lado, ao contemplar efectivos maioritariamente masculinos associa-se a menores níveis de nupcialidade.

Nos anos 40 o crescimento populacional diminui. A Segunda Guerra e o Pós-Guerra deverão ter tido aqui uma influência indirecta. A nível migratório, as saídas aumentam para o triplo do valor anterior. Se as saídas aumentam desta forma, o mesmo não se passa relativamente à emigração legal que, embora aumentando, o faz em muito menor grau, como se verá adiante. Nesta década, é de supor que no primeiro quinquénio as saídas tenham sido relativamente fracas e depois razoavelmente fortes, em consequência do final da guerra.

A partir dos anos 50 e até aos anos 80 o crescimento efectivo diminui de forma expressiva. Nos anos 50, muito influenciados pelo Pós-Guerra e pelo retomar da economia europeia, o crescimento total desce para próximo do zero. Mas esta situação decorre de tendências contraditórias no movimento natural e no migratório.

O crescimento natural retoma os valores próximos dos anteriores à guerra, provavelmente devido à continuação da descida da mortalidade e em simultâneo com a manutenção da natalidade a níveis elevados (se comparados com outras regiões do país). Em simultâneo, o saldo migratório – negativo e muito acentuado – contraria a possibilidade de crescimento demográfico, e está associado ao aumento de oportunidades oferecidas à emigração, em especial nas regiões do outro lado do Atlântico.

Os anos 60 são marcados por uma situação económica favorável a nível internacional e, em Portugal, pelo início da Guerra Colonial e pela vaga de emigração massiva para a Europa. Na Madeira verifica-se um importante aumento do turismo possibilitado com as novas ligações aéreas, que também facilitam a partida de muitos emigrantes. Pela primeira vez na história da região o crescimento populacional é claramente negativo. Um tal desequilíbrio é desencadeado pelas saídas massivas de população para outros países de acolhimento e para outras regiões portuguesas. O saldo migratório é negativo e muito acentuado: em apenas uma década a Madeira perde cerca de 25% da sua população devido a migrações; um valor muito significativo, tanto mais que na década anterior a perda já se cifrava em cerca de 19%. Em termos de crescimento natural o valor aumenta ligeiramente face ao verificado anteriormente (a mortalidade infanto-juvenil continuava a declinar e a fecundidade era ainda relativamente elevada e associada a uma estrutura jovem, como se verá adiante).

Os anos 70, com a crise petrolífera, o fim do Estado Novo e o retorno das colónias, são acompanhados por movimentos diversos a nível demográfico. A nível regional, a criação das Regiões Autónomas teve efeitos no desenvolvimento da economia local, que se irão prologar no tempo. O crescimento demográfico da região volta a ser muito próximo do zero. Tanto o crescimento natural como o saldo migratório diminuem de forma significativa relativamente ao verificado nos anos 60. Agora, se o saldo das saídas e entradas diminui em resultado de uma diminuição de emigração legal e clandestina para o estrangeiro e de um importante retorno de população vinda das colónias. O crescimento natural também diminui, em consequência da maior adopção do controle da natalidade que tem nesta década importantes progressos.

Nos anos 80, marcados pelas dificuldades económicas de 1983 e 1984 e, também, pela entrada de Portugal na CEE, assiste-se à continuação de um crescimento praticamente nulo. Mantém-se a continuação do declínio do saldo migratório, situação que poderá resultar quer de menores saídas, quer de um tipo de emigração mais temporária e sazonal ligada à indústria hoteleira, a qual tem alguma expressão na Madeira. O crescimento natural continua em declínio, em consequência da diminuição da natalidade.

Nos anos 90 o crescimento populacional é negativo, tal como tinha acontecido nos anos 60, embora em menor grau. Para isso, contribuiu a diminuição da dinâmica natural que continuou a tendência de declínio manifestada anteriormente,

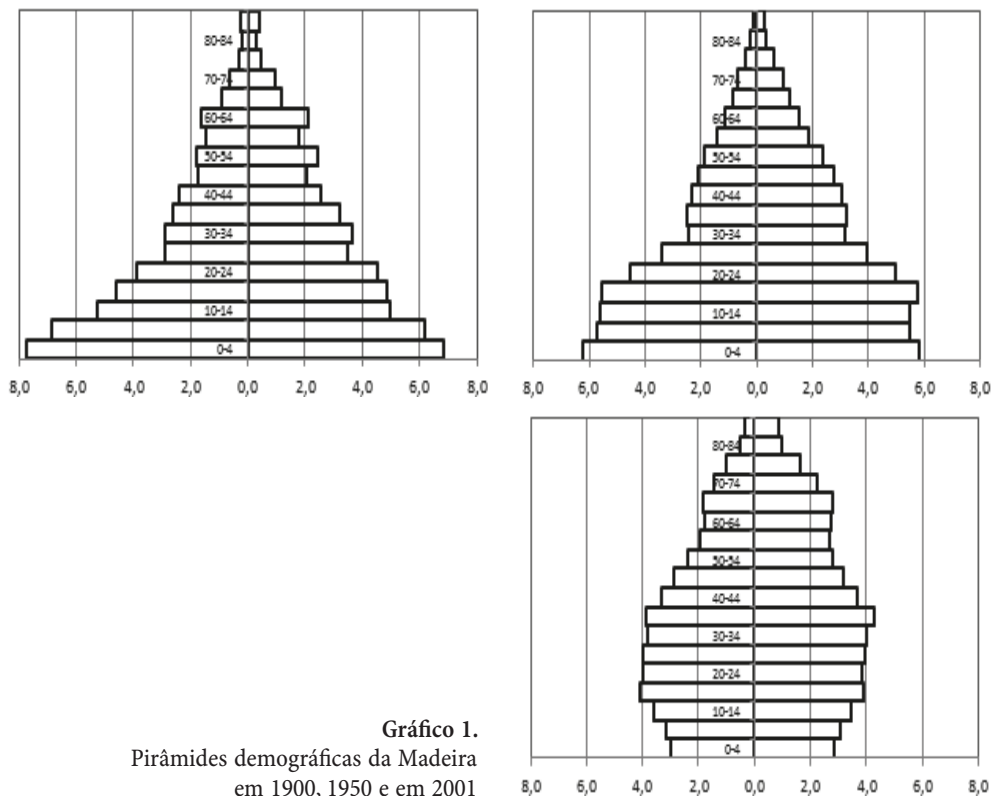
mas também de um saldo migratório negativo, de dimensão similar ao encontrado nos anos 80. Na Madeira, ao contrário do que aconteceu no continente, os anos 90 não foram marcados por ganhos migratórios, mas manteve-se a tendência para as saídas serem mais expressivas que as entradas.

Na primeira década do século XXI (recorde-se que os dados do Censo são ainda os provisórios), verifica-se um muito expressivo ganho populacional, que decorre fundamentalmente da importância da migração líquida, uma vez que a componente natural é muito reduzida.

A COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO

Ainda numa abordagem global da população madeirense devem considerar-se as estruturas populacionais, ou seja, o peso relativo dos vários grupos populacionais. Iremos considerar a evolução da composição segundo a idade e sexo, mas também a evolução da importância da população activa segundo o tipo de actividade.

A evolução da estrutura demográfica da Madeira pode ser observada a partir das pirâmides de 1900, 1950 e 2001.



No início do século XX, pode observar-se uma população com uma estrutura muito jovem. A base é larga, o topo é estreito e o recorte é caracterizado por algumas irregularidades. É uma população típica da primeira fase da transição demográfica. Para além disso, a diminuição de efectivos no sexo masculino a partir da juventude e durante a idade activa é muito acentuada, revelando a importância da emigração masculina. Os dados referentes ao sexo feminino revelam, mais acentuadamente do que no caso masculino, as pequenas irregularidades associadas a uma menor qualidade dos dados, em especial nas mulheres mais velhas. Em suma, a estrutura da população madeirense é marcada por uma natalidade e mortalidade muito expressivas, resultando numa população muito jovem e, em simultâneo, por fortes movimentos migratórios com saídas muito mais acentuadas no sexo masculino, com evidentes repercussões nas relações de masculinidade nos jovens adultos.

Cinco décadas mais tarde, a estrutura populacional sofre fortes alterações. A base da pirâmide já não é tão larga, revelando uma menor fecundidade das mulheres em idade fértil. Apesar desta alteração na forma da base (mas não no seu peso relativo, como se pode verificar no quadro seguinte), o topo da pirâmide não mostra alterações. A emigração, sobretudo masculina, continua ser uma característica desta população.

No início do século XXI, a população insular apresenta uma estrutura totalmente diferente: trata-se de uma população duplamente envelhecida, com uma base estreita e topo largo, particularmente no caso feminino, em resultado da diminuição da fecundidade e do aumento da longevidade e também dum longo período marcado por uma emigração muito significativa.

O progressivo envelhecimento da população insular pode ser observado a partir da importância relativa dos três grupos funcionais³ e de alguns indicadores de envelhecimento.

Tabela 3. Percentagem dos diferentes grupos etários e indicadores de envelhecimento (1890-2001)

	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Jovens (0-19)	43,5	47,4	50,1	48,0	46,2	48,4	45,7	44,0	45,6	41,8	34,3	27,1
Activos (20-59)	45,0	43,5	41,5	44,2	46,8	42,9	46,0	46,0	42,0	43,9	49,5	54,6
Idosos (60+)	9,7	9,0	8,5	7,8	6,9	8,8	8,3	9,9	12,4	14,2	16,1	18,2
IE (%)	22,3	19,0	17,0	16,3	14,9	18,2	18,2	22,5	27,2	34,0	46,9	67,2
RDI (%)	21,6	20,7	20,5	17,6	14,7	20,5	18,0	21,5	29,5	32,3	32,5	33,3

³ Durante a maioria do período em análise, o critério mais frequentemente utilizado na definição dos grupos etários era a partição: 0-19 anos completos, 20-59 anos e 60 ou mais anos, pelo que foi adoptada esta norma.

A percentagem de jovens situa-se durante um longo tempo com valores superiores a 45%, apresentando mesmo valores de 50% ou muito próximos. Durante muito tempo os valores mantêm-se relativamente constantes e só após os anos 70 a percentagem de jovens começa a diminuir de forma significativa. A população em idade activa varia entre em torno do 40-45% com pequenas oscilações. Contudo, nas duas últimas décadas aumenta de forma clara.

A percentagem de idosos também se mantêm com valores relativamente baixos, entre 7 a 10%, durante longo tempo. Mas se até meados do século se verifica uma ligeira diminuição dos idosos, a partir de 1950 encontra-se um progressivo aumento deste grupo. É natural que este rápido acentuar do envelhecimento no topo esteja relacionado com o aumento da emigração que se verifica no pós Segunda Guerra.

Tipicamente, a emigração causa um duplo envelhecimento na população, primeiramente sentido no topo e só depois na base. O primeiro efeito decorre da saída de população em idade activa que faz aumentar o peso relativo dos dois outros grupos, assistindo-se assim a um envelhecimento no topo acompanhado por um rejuvenescimento na base. Posteriormente a saída de emigrantes em idade activa reflecte-se na diminuição do número de nascimentos fazendo decair o número de jovens e causando assim um envelhecimento na base. É o que parece acontecer na Madeira a partir dos anos 50.

O índice de envelhecimento (IE) mostra que, a partir dos anos 50, o rácio entre idosos e jovens se acentua de forma consistente, em resultado da evolução divergente deste dois grupos: se em meados do século, por cada 100 jovens, se podiam encontrar cerca de 18 idosos, em 2001 encontram-se quase 70.

O aumento do peso da população idosa pode ser apreciado a partir da sua relação com a população em idade activa. O rácio de dependência de idosos (RDI) mantêm-se com valores próximos dos 20% até 1960; entre 1960 e 1981 aumenta significativamente e, a partir desta data, parece manter-se em torno dos 33%. Ou seja, por cada 100 pessoas entre os 20 e os 59 anos existem 33 com mais de 60 anos.

Consideremos, agora, a composição da população segundo o sector de actividade. A análise da população em função do tipo de actividade económica constitui um importante instrumento de compreensão da sociedade insular. Esta análise nem sempre é fácil porque depende de estatísticas que apresentam vários problemas. É o caso dos dados referentes à estrutura profissional na Madeira.

Em primeiro lugar, nem sempre se encontram os mesmos critérios de classificação profissional. Nos recenseamentos de 1890 a 1930⁴ os grupos considerados são os mesmos, apesar de muito provavelmente os critérios de inclusão terem variado.

⁴ O recenseamento de 1920 não apresenta qualquer agrupamento da população segundo o sector de actividade.

De 1940 em diante os grupos profissionais que servem de base à recolha de dados são quase sempre diferentes, decorrendo daí uma razoável incerteza relativamente à evolução dos diferentes grupos. Procurou-se assim manter os mais importantes grupos profissionais que apareciam nos primeiros recenseamentos e seguir a evolução dos grupos aí considerados⁵. Não sendo uma análise com o rigor desejável, parece, no entanto, manter as ordens de grandeza das diferentes categorias e ser por isso importante para a caracterização da população madeirense.

Outro importante problema decorre do subregisto verificado em muitas actividades. O caso mais saliente refere-se à população feminina, cuja taxa de actividade é muito inferior à verificada na população masculina. A percepção deste subregisto é elucidada pelo recenseamento de 1930, no qual a população que trabalha auxiliando os familiares surge numa categoria separada. Na população feminina agrícola encontram-se nesta situação 22.551 mulheres, enquanto nos homens apenas 143, números aos quais se acrescentam 1939 mulheres e 42.740 homens considerados como trabalhando por conta própria ou de outrem na agricultura.

Esta subvalorização da população feminina agrícola, manifesta em todos os recenseamentos, tem importantes repercussões ao nível da análise das estruturas populacionais. A importância relativa da indústria e dos serviços sofre imediatamente uma sobreavaliação. São quase os únicos a ser efectivamente considerados, dado que neles o subregisto é muito mais reduzido por o trabalho se exercer fora de casa. Se a análise for realizada sem considerar as populações feminina e masculina separadamente, este efeito é menos notório. A melhor solução parece ser a análise da importância dos vários grupos profissionais nos dois sexos, sendo que o mais relevante para uma caracterização da população é a análise das actividades da população masculina, por sofrer menor subavaliação.

A taxa de actividade, calculada a partir do número de pessoas com actividade económica registadas pelos recenseamentos e o quantitativo dos indivíduos em idade activa (entre os 15 e os 64 anos completos), revela grandes diferenças na população masculina e feminina.

A taxa de actividade masculina apresenta valores geralmente superiores a 100%, ou seja, não só todos os homens em idade activa trabalhavam como um número significativo de jovens e idosos também. Esta situação é muito vincada no início do século, mas mantém-se até aos anos 40.

Na população feminina encontra-se uma situação bem distinta. As mulheres activas são sempre significativamente menos do que as em idade activa, verificando-se assim um subregisto da actividade feminina. Por esta razão, as proporções encon-

⁵ Foram considerados apenas os grupos profissionais cuja inclusão nestes três grandes tipos ofereciam menos dúvidas, pelo que os totais não são 100%.

tradas na população masculina são as que permitem uma melhor aproximação à estrutura ocupacional da ilha.

Tabela 4. Taxa de actividade e importância relativa de alguns grupos profissionais (1890-1991)

	Taxa se Actividade (%)		Agricultura (%)		Indústria (%)		Serviços (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1890	103,6	41,2	74,5	33,1	6,8	18,5	8,2	1,2
1900	118,2	27,7	77,7	29,6	8,0	49,5	9,6	4,2
1911	120,0	35,7	71,5	22,8	9,0	62,8	11,3	2,0
1920	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
1930	103,4	32,7	67,9	8,9	9,8	43,2	10,8	2,4
1940	105,2	16,3	63,4	26,2	8,7	60,2	13,2	9,4
1950	90,6	16,1	68,5	13,7	10,7	48,2	16,0	12,7
1960	103,4	11,9	56,0	5,7	11,2	44,8	19,7	23,1
1970	95,8	39,3	43,3	17,5	26,3	6,1	26,0	17,7
1981	96,3	47,5	24,4	13,1	32,1	30,6	27,6	37,9
1991	80,1	44,0	15,5	14,0	30,6	20,2	36,3	48,2

A agricultura é a principal actividade económica dos madeirenses no final do século XIX e durante grande parte do século XX. No final do século passado, cerca de três quartos da população madeirense dedicava-se a esta actividade. Sendo a principal actividade económica, a sua importância vai decrescendo de forma quase imperceptível até aos anos 50. Em 1960 é já visível o decréscimo da importância da agricultura que progressivamente vai deixando de ser a actividade fundamental desta população, representando, em 1991, apenas cerca de 16% da população activa.

Um outro indicador, nem sempre possível de calcular, é o número de agricultores que trabalham por conta de outrem que desce de 63,9% em 1930 até atingir os 32,5% em 1991, o que dá conta das importantes transformações sociais verificadas no seio da própria população agrícola⁶.

É justamente a partir dos anos 50 que se assiste ao aumento da população masculina que trabalha na indústria. Se, até 1940, mantinha valores próximos dos 8-9%, posteriormente cresce de forma regular representando na actualidade cerca de um terço da população activa.

⁶ Em 1940, a percentagem de agricultores nesta situação era de 41,0%, em 1970 de 54,9% e em 1981 de 46,9%. Muito provavelmente este indicador é, no caso da Madeira, muito influenciado pela situação de colónia, e pela forma como os colonos foram classificados nas categorias gerais para todo o país nos diversos censos.

O sector dos serviços – onde se incluem os transportes, o comércio, a administração pública, entre outros – é pouco significativo até 1911. A partir desta data, ganha progressivamente importância, atingindo em 1991 um terço da população. Dentro desta categoria a Administração Pública tem um peso assinalável, crescendo de cerca de um décimo para um terço do total⁷.

Relativamente à população feminina, como já foi referido, as estatísticas apresentam inúmeros problemas que se interligam. O primeiro aspecto revelado por este quadro é o subregisto da actividade feminina, cuja taxa varia entre 10 e 50%. Não é adequado considerar que a grande maioria das mulheres madeirenses era inactiva, e das que trabalham a maioria o fazem na indústria. Este subregisto, de 1940 a 1960, assume proporções ainda mais significativas, com níveis de actividade de cerca de um terço e um quarto dos encontrados nos recenseamentos imediatamente anteriores e posteriores. Muito provavelmente esta descida do número oficial de mulheres trabalhadoras estará relacionado com a imagem e o papel da mulher e da família veiculados pelo Estado Novo, que dão forma também aos próprios conceitos utilizados na recolha das estatísticas, não favorecendo o registo do emprego feminino.

As mulheres com algum tipo de actividade na agricultura, que deviam constituir a grande maioria da população madeirense, são, nas estatísticas, uma minoria quase sem significado⁸. É provável que o seu número represente apenas as mulheres chefes de família, viúvas ou mulheres de emigrantes que tomam conta da sua parcela de terra. As esposas e as filhas de agricultores, não estão aqui representadas apenas no recenseamento de 1930 são consideradas.

A população activa feminina está assim artificialmente reduzida e as actividades não agrícolas ficam por isso sobre avaliadas. É o caso da população feminina a trabalhar na indústria, cujo peso varia entre 40 e 60% até 1940 – valor este sem significado real e que se refere fundamentalmente a mulheres que trabalham na área do têxtil⁹, na qual é de destacar a indústria dos bordados¹⁰.

⁷ Na população masculina era de 11,0% em 1890, 5,6% em 1900, 4,6% em 1911, época na qual surgem as primeiras mulheres na Administração Pública na Madeira estimando-se então em 3,5% das que se dedicavam aos serviços. Em 1930, e mais uma vez na população masculina, o peso da Administração era de 11,1%, subindo nos dois recenseamentos seguintes para 16,0% e 19,4%. Em 1960 o seu peso desce para 13,8% e em 1991 é possível estimar a sua importância em 33,0%.

⁸ Os números apresentados que variam entre cerca de 2000 e 5000 (respectivamente 2958, 3779, 4150, 1939, 3293, 1937, 605, 5405, 5163, 5338 nos vários censos).

⁹ Em 1930 as mulheres que trabalham nos têxteis são 81,5% das que trabalham na indústria, subindo este valor nos dois recenseamentos seguintes para 98,5% e 97,4%, em 1960 são 91,1 e em 1970 94,2%.

¹⁰ Embora provavelmente se verifique aqui também um forte subregisto nas mulheres que trabalhavam em casa “à peça”.

É também a situação da população feminina a trabalhar nos serviços que, apresentando valores pouco importantes até 1930, cresce desde aí de forma regular, representando hoje cerca de 48% do total. Os serviços domésticos têm um peso muito significativo, embora muito variável – entre 2 e 36%. Provavelmente estas oscilações também se devem a diferentes critérios de inclusão nesta categoria, mais do que a diferenças reais verificadas na população¹¹. A importância das mulheres na Administração Pública é sempre inferior à masculina. Inexistente até 1930, oscila entre 3 a 5% até aos anos 60 e em 1991 cifra-se em 18,1%.

Até aos anos 50 a população madeirense parece dedicar-se fundamentalmente à agricultura, que é sem dúvida a actividade predominante da região. A partir desta época uma série de transformações vão marcar a evolução da população. No pós-guerra a emigração massiva dos madeirenses para outras regiões parece ser acompanhada por uma perda de importância da agricultura, acompanhada dum fenómeno de êxodo rural, de um aumento de outras actividades não agrícolas, nomeadamente a indústria, mas sobretudo os serviços e também de uma maior participação feminina no trabalho fora de casa.

OS MOTORES DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO: A MORTALIDADE, A NATALIDADE E AS MIGRAÇÕES

A Mortalidade

O antigo regime demográfico caracteriza-se por uma mortalidade muito elevada, marcada por uma forte sazonalidade, por uma mortalidade infantil e juvenil elevadas, por picos de mortalidade frequentes e por uma esperança de vida baixa. Muitos são os factores que contribuem para esta situação. A alimentação quase sempre insuficiente, as fomes frequentes e a má situação sanitária da maioria das localidades, em especial das urbanas, constituíam uma base sobre a qual se edificava uma saúde frágil, permeável a inúmeras afecções. As epidemias eram frequentes causando, não raramente, crises de mortalidade. No gráfico seguinte é visível a evolução do número de óbitos ocorridos anualmente na Madeira.

É bem visível que o número de óbitos anuais verificado nesta região apresenta um carácter ainda muito oscilante até aos meados dos anos 40. As situações de sobremortalidade são manifestas, embora progressivamente pareçam perder a sua

¹¹ Em 1940 são também referidas 77.230 mulheres a trabalhar nos serviços domésticos e hospedagem, que seriam a grande maioria das 89.774 mulheres activas. Não foram consideradas nesta análise, já que é provável que este número se refira a donas-de-casa, em especial mulheres de agricultores e não apenas as mesmas que anteriormente eram consideradas na categoria serviços domésticos.

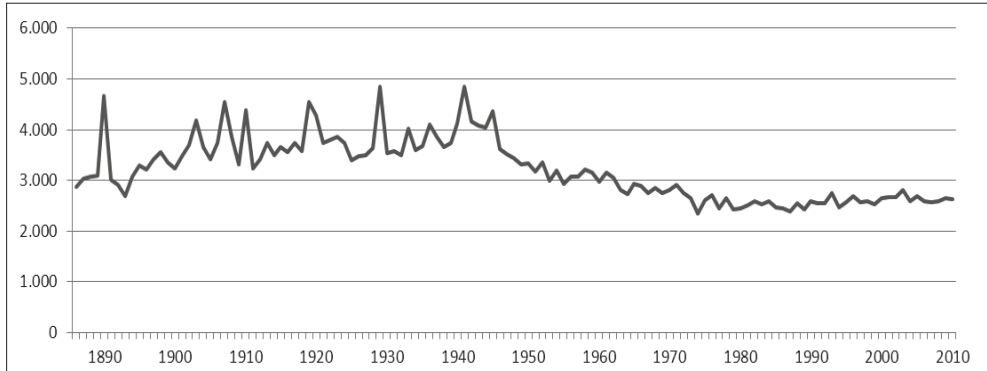


Gráfico 2. Número anual de óbitos na Madeira (1889-2010)

importância. Em alguns anos a mortalidade foi particularmente forte. É o caso de 1890, de 1903, de 1907, de 1910, de 1919/20 de 1929 e de 1940/41.

No ano de 1890 encontra-se um aumento do número de óbitos de cerca de 50% relativamente ao ano anterior (3091 e 4662), tendo-se verificado um aumento das mortes devidas a problemas do aparelho respiratório e das mortes provocadas por causas gerais, sendo provável que uma que parte desta variação se deva à melhoria da qualidade dos dados. Em 1903, encontra-se um acréscimo de 3692 para 4176 no número de óbitos, ligado sobretudo a problemas do aparelho respiratório (bronquites, pneumonias, e outras doenças respiratórias) mas, também, a um aumento das diarreias e as enterites. Em 1907, o aumento encontrado é de 3739 para 4556 óbitos, neste caso a varíola é responsável por 409 mortes e o sarampo por mais de 163. Parecem ser estas as duas principais causas desta subida da mortalidade. No ano de 1910, encontra-se um aumento de cerca de 32% relativamente ao ano imediatamente anterior, passando-se assim de 3314 mortes para 4375. Segundo o *Elucidário Madeirense* a cólera parece ser a principal responsável por este agravamento da mortalidade, causando mais de 500 óbitos¹², mas nas estatísticas publicadas não aparece qualquer referência a óbitos ocorridos devido à cólera. Também as diarreias e enterites sofrem algum aumento, o mesmo se passando com as doenças ligadas ao aparelho respiratório. Em 1919, o número de óbitos cresce de forma singular, como de resto em grande parte da Europa com a gripe pneumónica. Em 1918 cifram-se em 3775, um valor semelhante ao do ano anterior, e em 1919 são já 4537. No ano seguinte verifica-se ainda uma mortalidade elevada com 4537 óbitos.

A mortalidade devida à gripe parece verificar-se na Madeira com um ligeiro atraso relativamente a outras áreas sendo muito importante em 1919 e ainda relevante

¹² “No fim deste ano [1910] manifesta-se a colera nesta cidade, que alastrou por quasi tôda a ilha e que causou cêrca de 550 vitimas...” (SILVA e MENESES, 1984: 347).

em 1920. Em 1919, o ano de maior mortalidade, verificam-se cerca de 493 mortes atribuídas à gripe, mas as bronquites também sobem, assim como as pneumonias e outras doenças do sistema respiratório. Em 1920 a gripe já só é responsável por 66 mortes, mas a bronquite e as outras doenças do sistema respiratório tem valores superiores ao habitual mantendo-se nos níveis de 1919. Neste ano, também a varíola, o sarampo e as diarreias e enterites fazem aumentar o número de óbitos.

Em 1929, encontra-se um novo pico na mortalidade com cerca de 4846 óbitos, valor bem diferente das 3647 mortes verificados no ano anterior. Neste caso são as outras doenças do aparelho respiratório a grande causa do súbito aumento da mortalidade com mais de 467 mortes, mas também o sarampo é desta vez responsável por mais de 242 mortes. A mortalidade sobe novamente em 1940, mas especialmente no ano de 1941, com 4117 e 4841 óbitos quando no ano transacto se teriam verificado 3740 mortes na região. É um aumento que parece relacionar-se sobretudo com um surto de sarampo, responsável por 266 e 551 óbitos e também por um aumento das diarreias e enterites.

As situações de sobremortalidade, verificadas na Madeira até aos anos 40, parecem relacionar-se sobretudo com doenças do foro respiratório (entre as quais a gripe de 1919) e com doenças infecto-contagiosas típicas da infância. A excepção, a esta tendência, encontra-se o caso da cólera em 1910.

O recorte do gráfico sobre o número anual de óbitos revela muitas semelhanças com as curvas típicas do antigo regime demográfico. Se até 1910 é possível encontrar 4 picos de mortalidade em cerca de 20 anos, desta data até 1940 encontram-se apenas 3 picos em 30 anos, o que parece indiciar uma evolução favorável da incidência da mortalidade.

A tabela 5 apresenta as causas de morte em alguns anos entre 1889 e 1941. Este tipo de abordagem traduz não só a evolução das causas de morte, mas também a evolução no diagnóstico destas causas, pelo que os valores devem ser lidos com alguma precaução.

Neste quadro referente às causas de morte nos anos de crise e no ano imediatamente anterior, verifica-se que a principal causa de morte são as enterites e as diarreias com valores que rondam os 30 % até 1908, a partir daí o peso das diarreias e enterites vai diminuindo. A partir de 1909 o seu valor passa para cerca de 25 a 27%¹³. Nos anos de maior mortalidade esta causa de morte desce ligeiramente o seu valor (à excepção ao ano de 1910, em que a causa do pico de mortalidade foi a cólera e também no ano de 1941).

Em geral, as doenças tipicamente infantis não constituem um factor muito importante na mortalidade; no entanto, nos anos em que se verificam surtos de

¹³ Exceptuando os anos de 1919 e de 1940 em que é de 20%.

alguma destas enfermidades, chegam a ser a principal causa dos aumentos extraordinários da mortalidade. É o que se verifica em 1907 com a varíola e também com o sarampo, em 1929 também com o sarampo e a tosse convulsa, e, em 1941, novamente devido ao sarampo (também já importante em 1940). Nunca constituindo a principal causa de morte, são grandemente responsáveis pelas crises referidas: dos sete picos de mortalidade ocorridos entre 1890 e 1941, três destes tinham como principal justificação doenças deste tipo.

Tabela 5. Importância relativa (%) de algumas causas de morte (1889-1941)

Anos	1889	1890	1902	1903	1906	1907	1908	1909	1910	1918	1919	1920	1929	1939	1940	1941
Gripe			0,8	0,6	0,6	0,7	0,3	1,4	0,8	3,2	10,9	1,5	0,7	1,2	0,7	0,8
Tuberculose			6,7	4,3	5,5	4,9	5,1	6,0	4,9	7,6	6,2	6,5	5,4	6,0	6,6	5,7
Bronquite			4,0	6,0	6,3	4,5	6,7	5,8	3,6	1,9	5,8	5,2	3,2	3,0	1,9	2,8
Pneumonia			3,9	4,0	4,1	4,7	3,9	4,6	4,8	3,9	4,8	3,5	2,0	6,6	5,9	7,8
Outras respiratório			3,2	5,1	5,5	5,2	5,1	6,1	4,4	4,6	6,5	5,6	10,4	1,9	2,0	2,0
Total – Sistema Respiratório	18,5	22,9	18,6	19,9	22,0	19,9	21,1	23,9	18,5	21,2	34,1	22,4	21,6	18,7	17,0	19,1
Sarampo			0,0	0,7	0,0	3,6	3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	5,0	0,0	6,5	11,4
Varíola			0,0	0,0	0,0	9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Tosse convulsa			0,7	2,1	2,2	0,0	0,8	2,2	0,0	1,1	1,1	0,7	4,9	0,0	0,0	0,0
Total – Doenças Infantis/Contagiosas			0,8	2,9	2,2	12,6	4,6	2,2	0,0	1,1	1,1	4,8	9,9	0,0	6,5	11,4
Diarreias até aos 2 anos			18,6	16,2	19,1	16,9	19,6	16,8	17,3	16,0	11,7	14,6	19,5	21,0	19,2	18,0
Diarreias depois dos 2 anos			11,7	13,0	12,8	13,3	12,2	9,5	10,2	10,4	9,1	10,7	7,2	4,1	0,6	6,7
Total – Diarreias	17,3	17,5	30,3	29,2	31,9	30,1	31,8	26,3	27,5	26,4	20,7	25,3	26,7	25,1	19,7	24,7
Sistema nervoso	7,4	7,9	5,8	5,3	5,5	5,3	6,0	6,6	4,8	7,1	6,1	6,0	5,1	7,2	5,8	5,6
Circulatório	6,1	3,9	5,6	4,8	5,3	4,4	4,5	5,6	5,1	6,5	5,6	6,1	5,4	9,1	8,3	6,4
Cancro			2,1	2,0	2,3	1,6	2,4	2,1	2,1	2,6	1,9	2,0	2,4	2,9	3,0	2,6
Total – “Modernas”	13,5	11,8	13,4	12,1	13,1	11,2	12,9	14,4	12,0	16,2	13,6	14,0	12,8	19,1	17,1	14,7

A mortalidade devida a problemas do aparelho respiratório é, até aos anos 30, a segunda causa de morte, com valores entre 19 e 23%. Em 1919, como era de esperar, constituiu a principal explicação para a mortalidade verificada. Dentro destas doenças o peso das bronquites, das pneumonias e da tuberculose é semelhante, sendo minoritária a importância da gripe (a exceção ocorre em 1919).

As modernas causas de morte são responsáveis por cerca de 12-13% das mortes até 1908. A partir desta data, nos anos em que não se verificam picos de mortalidade, a importância destas causas tende a aumentar. Entre o final da primeira década do

século XX e 1940 assiste-se a um aumento gradual da importância relativa destas causas de morte, mas sempre que se verifica uma situação de sobremortalidade, a importância relativa deste tipo de causa diminui. Sendo os picos de mortalidade uma característica essencial do antigo regime demográfico, é natural que a sua ocorrência se traduza por um maior número de mortes devidas a causas típicas deste período, fazendo assim diminuir o peso relativo das causas modernas.

A frequência dos picos de sobremortalidade parece diminuir a partir da segunda década do século XX em simultâneo com o aumento da importância das mortes por causas modernas e a diminuição por enterites e diarreias. São dois indicadores que parecem traduzir os primeiros sinais de mudança na mortalidade.

Para além da análise da série dos óbitos e das suas causas, a avaliação da intensidade da mortalidade obriga ao cálculo de indicadores baseados na relação entre estes acontecimentos demográficos e a população exposta ao fenómeno que se pretende medir¹⁴.

São vários os indicadores demográficos referentes ao estudo da mortalidade¹⁵. O primeiro e mais básico é a taxa bruta de mortalidade (TBM). Na Madeira, a taxa bruta de mortalidade apresenta em finais do século XIX um valor elevado, que desce de forma continuada (à excepção do valor de 1920). É um declínio continuado até 1950. A partir daí esta taxa não decresce de forma significativa. Nos últimos anos, é possível encontrar um ligeiro aumento associado ao maior envelhecimento da população insular. Tal não significa que a morte não tenha continuado o seu recuo secular, mas apenas que este já não pode ser apreciado a partir deste indicador, muito afectado pelos efeitos da estrutura etária da população que, progressivamente, vai envelhecendo.

¹⁴ Nota Metodológica: O cálculo dos indicadores relativos à fecundidade, nupcialidade e mortalidade baseou-se em acontecimentos médios de 4 anos centrados sobre o momento censitário. Alguns casos particulares merecem uma referência: a) Nascimentos no Casamento e Fora do Casamento: Em alguns anos não foram publicados dados sobre os nascimentos segundo o estado civil da mãe (1911-12 e 1926-28). Nesta situação foram efectuadas estimativas para que a percentagem de nascimentos fora do casamento (ponderando os valores de acordo com os anos mais próximos). Nos anos de 1911-12, dado que o aumento do número de nascimentos registados atingiu de forma diferente os nascimentos dentro e fora do casamento, os indicadores de fecundidade dentro e fora do casamento foram calculados com base nos acontecimentos médios de 1909-10 e de 1913-14. b) No cálculo dos saldos migratórios segundo o sexo, foi necessário estimar também os óbitos masculinos nos anos de 1887-8-9 e de 1901, os quais não existiam por distritos. Foi seguido o mesmo processo a partir das percentagens relativas a cada sexo nos anos de 1886, 1900 e de 1902. c) No caso dos indicadores relativos à nupcialidade e à fecundidade, que dependem da definição de estado civil, foram considerados como casados apenas os indivíduos com casamento formal e não foram consideradas as uniões de facto. Esta decisão decorre da necessidade de manter a coerência com os critérios utilizados durante a maior parte do período em análise.

¹⁵ Os picos de sobremortalidade verificam-se em anos próximos dos recenseamentos, data para as quais são calculados os indicadores demográficos referidos na tabela 6. Nesta situação, as taxas calculadas apresentam valores mais elevados do que seriam encontrados se os indicadores fossem calculados a meio do período intercensitário, verificando-se uma sobrestimação dos níveis de mortalidade da região.

Tabela 6. Indicadores de mortalidade(‰) na Madeira (1900-2001)

Data	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
TBM	25,5	22,9	21,7	22,7	18,2	16,9	12,2	11,5	11,2	9,9	10,0	10,8
TMI (‰)		150,0	143,4	159,5	162,3	150,6	113,2	95,6	68,0	25,0	12,0	6,2
TM 1-4 (‰)		54,2	54,7	41,4	32,0	28,2	17,7	10,2	5,5	1,7	1,1	0,6

O mais simples dos indicadores da mortalidade libertos dos efeitos de estrutura é a taxa de mortalidade infantil (TMI). É um bom indicador, mas se possível deve ser acompanhado por indicadores que traduzam também a importância da mortalidade no período infanto-juvenil. Não é possível conhecer os valores da mortalidade infantil no final do século passado¹⁶. No início deste século a mortalidade infantil apresenta valores relativamente próximos dos valores nacionais (Henriques e Rodrigues, 2008). O aspecto mais saliente da análise da mortalidade infantil relaciona-se com a manutenção dos seus níveis durante um longo período, pelo menos até 1940.

É possível interpretar esta situação de várias formas. A primeira, é que os valores encontrados traduzem uma situação de mortalidade infantil estável, que, apesar das oscilações, seria característica do antigo regime demográfico. Refira-se, em primeiro lugar, que estes valores se encontram certamente afectados pelas datas utilizadas (em 1911 a descida poderá estar relacionada com a obrigatoriedade do registo civil, por esta aumentar o número de nascimentos registados; para 1920, 1930 e de 1940 os valores estão certamente afectados pelas crises verificadas nesses anos ligadas, em grande medida, a doenças infantis). Outra interpretação, resulta da análise conjunta da taxa de mortalidade infantil e a taxa de mortalidade do 1 aos 4 anos completos (TM1-4). Nesta última, onde o subregisto dos óbitos era provavelmente menos importante, o declínio da mortalidade das crianças pode apreciar-se desde cedo, provavelmente a partir da segunda década deste século.

Devendo-se as oscilações da taxa de mortalidade infantil a diferentes factores circunstanciais e, muito provavelmente, a uma muito significativa melhoria da qualidade das estatísticas recolhidas, a hipótese mais provável é que a mortalidade tenha de facto iniciado o seu declínio nas primeiras décadas do século XX. Tal como é sugerido pela evolução da taxa de mortalidade infanto-juvenil, pela evolução das causas de morte e pela diminuição da frequência dos picos de sobremortalidade

¹⁶ Mesmo para este século nem sempre existem dados referentes à mortalidade por idades. Assim, os valores de 1900 foram calculados com base nos anos entre 1902/5 e a de 1911 com base entre 1907/10. A partir daí foram calculadas como habitualmente, com os acontecimentos médios dos quatro anos mais próximos de cada recenseamento.

NUPCIALIDADE E FECUNDIDADE

No antigo regime demográfico os nascimentos eram numerosos, ocorriam quase exclusivamente no seio do casamento e as situações de ilegitimidade eram minoritárias. O casamento religioso era o passo fundamental, sem o qual dificilmente se podia constituir uma família socialmente aceite. O controlo da fecundidade dentro do casamento tinha pouco significado e era no próprio acesso ao casamento que se constituía a possibilidade de limitar o crescimento populacional. O casamento tardio, o celibato e a emigração são características estruturais do período pré-transicional de muitas regiões europeias e também da Madeira.

A nupcialidade tradicional da Europa ocidental é marcada por importantes restrições, frequentemente englobadas sob a designação de padrão de Hajnal. Este padrão caracteriza-se pela coexistência de dois tipos de restrição: a primeira traduz-se por um adiamento da idade do casamento, com a conseqüente diminuição da probabilidade de ter filhos e a segunda revela-se a partir duma importante percentagem de população que nunca casa. Este padrão de dupla restrição é particularmente expressiva na população feminina, já que aos homens restava a alternativa da emigração.

Na tabela seguinte, podemos observar a evolução de diversos indicadores de nupcialidade na Madeira: a taxa bruta de nupcialidade (TBNup) e também alguns indicadores de nupcialidade calculados em separado para cada um dos sexos: a percentagem de população casada em idade fértil (PCIF), o celibato definitivo (CD) e o índice de nupcialidade de Coale (Im).

Tabela 7. Indicadores de nupcialidade na Madeira (1890-2001)

	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
TBNup	8,8	8,5	7,3	8,6	7,0	6,0	8,4	8,3	7,9	8,7	7,3	7,1
CD-H	10,7	7,4	6,1	5,8	7,4	8,3	7,4	8,5	7,5	7,1	6,9	6,5
CD-M	19,6	17,3	15,3	14,0	13,3	16,8	16,3	16,3	16,5	17,8	17,2	12,6
PCIF-H	48,9	55,3	52,5	47,5	48,6	48,1	43,8	50,4	53,0	53,8	48,7	48,3
PCIF-M	49,3	52,9	52,2	48,4	49,2	51,1	48,5	50,4	51,4	51,9	48,8	51,3
Im	485	527	523	475	487	504	467	486	498	515	467	484

Por uma questão de coerência na análise ao longo do tempo, os valores apresentados na tabela referem-se apenas à nupcialidade formalizada através do casamento (no entanto, em 2001 a população em união de facto era relativamente pequena: não chegava aos 7% se comparada com população casada com vínculo legal).

A taxa bruta de nupcialidade é um indicador pouco expressivo da importância da nupcialidade numa população porque dá apenas a medida do número de casamentos ocorridos nesses anos e não da estrutura matrimonial da população, que é melhor

descrita por outros indicadores. Entre o final do século passado e deste a taxa de nupcialidade apresenta algumas oscilações, mas não é notória nenhuma tendência de evolução. Nos últimos anos, parece sentir-se uma ligeira diminuição desta taxa.

Um indicador que mede a intensidade da nupcialidade de uma população é o celibato definitivo, que corresponde à percentagem de homens ou mulheres que permaneceram solteiros até ao final da sua vida reprodutiva. Este indicador refere-se aos indivíduos que nasceram há cerca de 50 (45-55) anos, e que se se tivessem casado o teriam feito, em geral, cerca de 20-30 anos antes do momento censitário, a que o indicador se refere. No final do século XIX, encontrava-se um celibato masculino importante, na ordem dos 10%, mas encontra-se fundamentalmente um muito significativo celibato feminino, de cerca de 20%. A diferença é reveladora da importância da emigração masculina que partia da Madeira. Nos censos seguintes a importância do celibato definitivo masculino e feminino diminui até 1920 e até 1930, respectivamente. A partir destas datas, o nível observado aumenta aproximando-se dos valores observados inicialmente.

Para além do celibato, podemos observar a intensidade da nupcialidade na população em idade fértil, considerando a percentagem de mulheres e de homens casados nas idades entre os 15 e os 49 anos.

Na população masculina, esta percentagem varia entre os 48 e 55%, mas com muitas oscilações. Tal como na taxa bruta de nupcialidade não é possível discernir qualquer tendência de evolução. Para as mulheres, o indicador também se mantém em torno dos 50% e as oscilações são de menor dimensão.

O índice de nupcialidade feminina de Coale (Im) expressa em que medida é que a nupcialidade contribui para a fecundidade da população. No caso da Madeira, o índice de Coale revela valores que oscilam em torno dos 0,500 sem qualquer tendência de evolução, num ou noutro sentido, até 2001.

Ao contrário do que aconteceu nas outras regiões do país – nas quais a diminuição das restrições à nupcialidade é visível desde os anos 40 do século XX (Bandeira, 1996) – na Madeira, a nupcialidade permanece durante mais de um século com valores próximos dos que eram habituais no final do século XIX, mas que se afastam dos níveis observados na actualidade.

Numa situação de importantes restrições à nupcialidade e/ou fortes movimentos migratórios a natalidade e a fecundidade legítima não seguem necessariamente caminhos paralelos. Neste contexto, a análise da transição da fecundidade deve apoiar-se fundamentalmente nos indicadores sobre a fecundidade, mas fundamentalmente na fecundidade dentro do casamento.

Na tabela seguinte podemos observar a evolução dos diferentes indicadores de natalidade e fecundidade: a taxa bruta de natalidade (TBN), de fecundidade geral (TFG), de fecundidade no casamento (TFC), de fecundidade fora do casamento (TFFC) e os índices de Coale de fecundidade geral, legítima e ilegítima.

Tabela 8. Indicadores de fecundidade na Madeira (1890-2001)

	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
TBN	38,3	41,4	38,9	35,0	37,5	30,7	29,9	31,6	25,5	18,1	13,9	13,0
TFG	152,1	170,1	157,8	136,8	144,6	124,1	112,3	120,9	106,0	71,9	53,1	48,4
TFC	296,0	314,1	290,3	277,2	288,2	236,6	224,7	233,9	200,4	130,1	95,1	75,9
TFFC	12,2	8,7	5,4	4,8	5,7	6,7	6,6	5,8	6,2	8,9	14,7	19,5
If	402	444	411	361	373	330	301	320	287	198	141	133
Ig	795	822	773	745	751	637	626	642	561	361	248	220
Ih	32	23	14	13	15	18	17	15	16	24	38	51

O primeiro ponto a destacar são os valores bastante elevados da taxa bruta de natalidade encontrados no final do século passado e no início deste século. São valores que se enquadram claramente nos níveis pré-transição, situando-se com valores próximos de 40‰ até 1930¹⁷. Durante os anos 30, parece verificar-se uma descida da natalidade, no entanto, os valores observados nesta data mantêm-se em níveis próximos até 1960 e só a partir dos anos 60 é visível uma tendência clara de declínio constante e rápido deste indicador.

A taxa de fecundidade geral (TFG) e o índice de fecundidade geral de Coale (If) revelam uma evolução do mesmo tipo: um primeiro declínio nos anos 30, seguido de um período de relativa estabilidade e de novo declínio a partir dos anos 60.

A fecundidade no interior do casamento constitui a chave para perceber o processo de transição da fecundidade numa região. Numa Europa marcada por uma nupcialidade restritiva e por níveis muito baixos de ilegitimidade, o melhor indicador de adoção do controle dos nascimentos é a evolução da fecundidade matrimonial.

A taxa de fecundidade no casamento (TFC) e o índice de Coale de fecundidade legítima (Ig) mostram que é possível encontrar um primeiro movimento de controle dos nascimentos nos anos 30, a que se segue um período de estabilidade e, finalmente, desde os anos 60 um novo declínio da fecundidade dos casais¹⁸.

¹⁷ A descida de 1920 deverá ter sido um valor circunstancial, relacionado com a gripe pneumónica e com o final da guerra.

¹⁸ Os índices de Coale permitem conhecer de que forma a fecundidade de uma região se aproxima da fecundidade das Huterites e oferecem também a possibilidade de comparação no contexto europeu, uma vez que foram amplamente utilizados no quadro do European Fertility Project (Coale e Watkins, 1986). Deste finais do século passado até 1911, que os valores em torno dos 0,800 mantêm-se – o que significa que nesta época a fecundidade dos casais madeirenses era ainda relativamente próxima das mulheres Huterites. Até 1930 o índice apresenta pequenas oscilações. Nos anos 30 o Ig desce e depois mantém-se estável até aos anos 60, época a partir da qual, decresce de forma acentuada. É difícil determinar qual a época em que a

Em suma, a Madeira parece ter sofrido um declínio da fecundidade por etapas: uma primeira descida nos anos 30, seguida de um período de relativa estabilidade, seguido de um novo movimento de declínio a partir dos anos 60. É provável que nem todas as regiões e grupos populacionais tenham iniciado este processo na mesma época e que os anos 30 e 60 tenham sido marcantes para diferentes subgrupos populacionais. Este tipo de declínio, por patamares, aconteceu também em grande parte do território nacional (Oliveira, 2007).

No caso da Madeira, é de salientar o percurso paralelo da natalidade, da fecundidade geral e da fecundidade no casamento. Esta co-variação ao longo do tempo, aponta para a manutenção do papel e das características da nupcialidade ao longo do período em análise, ao contrário do que sucedeu na maioria das outras regiões do país.

A EMIGRAÇÃO

Os movimentos migratórios podem ser classificados segundo múltiplos critérios: o facto de os movimentos serem de saída ou de entrada, e de serem relativamente ao exterior, ou ao próprio país. São estes os quatro principais tipos de movimentos: emigração, imigração, migrações internas de saída e migrações internas de entrada. Por outro lado, estes movimentos podem ter um carácter temporário ou, ao invés, definitivo; são por vezes movimentos de primeira ordem, mas podem também ser reemigrações, etc. À multiplicidade de movimentos, de natureza claramente distinta, acresce o carácter não legalizado de grande parte da emigração e a inexistência de estatísticas para muitos outros. Só as migrações para o estrangeiro apresentam um registo contínuo desde finais do século XIX, ainda assim, apenas para a emigração legal. Para os outros movimentos existem, por vezes, recolhas estatísticas (imigração, retorno, migrações internas, etc.); outras vezes algumas estimativas (emigração clandestina); frequentemente dados indirectos (saldos migratórios); finalmente noutros casos não existem quais dados continuados (reemigrações). Esta análise limita-se a abordar a emigração legal até 1988, data a partir da qual não existem dados publicados.

Uma visão da emigração com base nos seus valores anuais é reveladora do seu carácter instável e muito sensível às conjunturas socioeconómicas das regiões de origem e de destino. Na figura seguinte é visível o número anual de emigrantes Madeirenses.

população madeirense inicia de facto o controle dos nascimentos. Livi-Bacci (1971) e Coale (1986) apresentam vários critérios. A descida de pelo menos 10% relativamente ao valor anterior é um desses critérios; outra hipótese, que para Livi-Bacci oferece mais vantagens, é a descida abaixo de 0,600. De facto entre os dois critérios apontados o último apresenta ainda a vantagem de coincidir com a época em que se verificam as maiores descidas. Enquanto de 1890 a 1960 a descida foi de apenas cerca 0,150, a partir daí as descidas foram muito mais rápidas de 1960 a 1981 desceu-se cerca de 0,300. Parece assim ter-se verificado primeiro pequeno declínio da fecundidade legítima nos anos 30, e a partir dos anos 60 uma descida mais acentuada.

De 1888 a 1897, encontra-se uma forte emigração: em média, partem cerca de 2200 emigrantes por ano, mas os valores são muito oscilantes, encontrando-se quebras sensíveis em alguns dos anos (1887, 1892, 1894 e 1897).

De 1897 a 1904, verifica-se uma grande quebra do volume da emigração madeirense, que passa para menos de metade da anteriormente verificada (cerca de 900 emigrantes anuais em média). Nesta altura, o Brasil constitui-se como o principal destino dos madeirenses. A América do sul é também importante no início e, posteriormente, a África do Sul e a América do Norte ganham um peso expressivo (em 1903 e 1904).

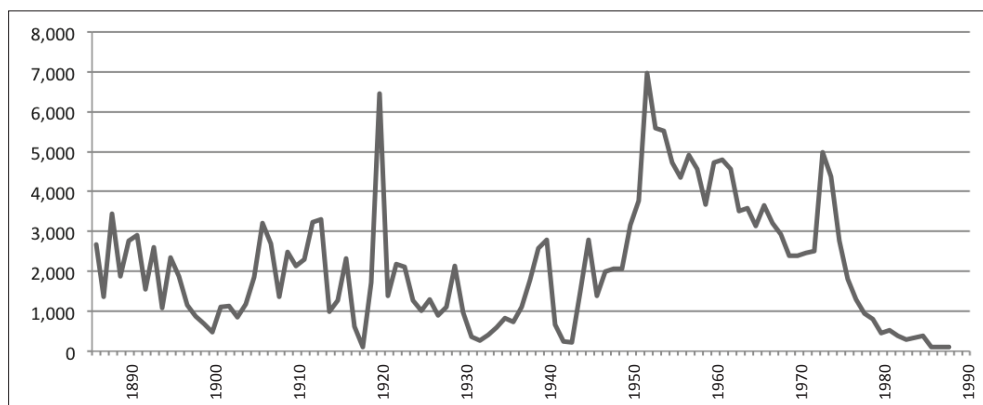


Gráfico 3. Número anual de Emigrantes na Madeira (1886-1988)

De 1905 até ao início da primeira guerra mundial, assiste-se a um retomar das saídas da Madeira, que neste período se cifram em cerca de 2500 emigrantes por ano. O Brasil continua a ser o principal destino dos madeirenses, mas a América do Norte torna-se o segundo destino, com cerca de metade do volume de emigrantes do Brasil. Em alguns anos particulares, 1906-7 e 1909, a Austrália é mesmo o principal destino destes ilhéus. Trata-se duma emigração muito forte, com mais de mil indivíduos por ano, mas que não gera nenhuma corrente emigratória que se prolongue no tempo.

De 1914 a 1918, durante os anos da Primeira Grande Guerra, a emigração madeirense é marcada por um claro abrandamento (cerca de 1060 saídas anuais). Neste período, a América do Norte absorve a quase totalidade da emigração madeirense (cerca de 88%).

De 1919 a 1923, o pós-guerra é marcado por um forte retomar da emigração que se cifra em cerca de 2900 emigrantes anuais. Mas este retomar é ainda lento, em 1919, crescendo depois, em 1920, com mais de 6400 pessoas a saírem deste arquipélago num só ano. Neste período, os principais destinos são a América do Norte e o Brasil (nos dois primeiros e nos dois últimos anos, respectivamente).

A perda de importância da América do Norte como destino dos emigrantes madeirenses, inicia uma longa fase de restrições à emigração para os Estados Unidos, ligadas às leis de 1922 e 1924, que vão condicionar o próprio quantitativo da emigração madeirense nos anos seguintes. De 1924 a 1929 encontra-se um período marcado desde o início pelas restrições à entrada nos EUA e que termina com a grande depressão. Como seria de esperar, esta é uma época de menor emigração, com cerca de 1300 emigrantes por ano a saírem da Madeira. O principal destino é o Brasil, encontrando-se também alguma emigração para a Europa.

De 1930 a 1936, a descida da emigração é ainda mais notória: a média anual de emigrantes ronda os 580, o valor mais baixo encontrado. O Brasil e a América do Norte são ainda os principais destinos da emigração madeirense, mas agora em conjunto com a Europa. A partir de 1933, a África do Sul ganha também algum peso relativo. Em 1935 a emigração reparte-se igualmente entre o Brasil a América do Norte e a África do Sul, tendo a Europa e a Venezuela menos importância.

De 1937 a 1940, encontra-se novamente um aumento da emigração. Neste período, marcado pelo início da Segunda Guerra, as saídas cifram-se em cerca de 2050 emigrantes por ano, quatro vezes mais do que anteriormente.

De 1941 a 1943, as restrições à mobilidade no Atlântico impostas pela guerra são determinantes para a emigração madeirense que passa para 1/20 do verificado antes: apenas cerca de 370 emigrantes por ano. Tal como durante a Grande Guerra, um só país absorve a quase totalidade destes emigrantes, desta vez o Brasil com cerca de 80%. Neste período, Curaçau começa a definir-se como um importante destino dos madeirenses e, ainda durante a guerra, partem emigrantes, protegidos por barcos de guerra, com destino às suas refinarias petrolíferas.

De 1944 a 1951, no pós-guerra, encontra-se um retomar da emigração madeirense que perde anualmente em média cerca de 2200 indivíduos. Em 1944 e 1945, as saídas são absorvidas na sua quase totalidade por Curaçau. A partir de 1946 os emigrantes voltam-se novamente para o Brasil (cerca de metade) e os restantes repartem-se por Curaçau, Venezuela, que ganha um novo peso, e pela África do Sul.

Nos três anos que vão de 1952 a 1954 o número médio anual de emigrantes sobe para 6600. Trata-se de uma fortíssima emigração que resulta dum grande aumento da emigração para o Brasil (que só em 1952 leva 5075 emigrantes) e do início duma nova e importante corrente emigratória para a Venezuela que, a partir daqui, se vai tornar um dos mais importantes destinos destes ilhéus.

De 1955 a 1972, assiste-se a um abrandamento da emigração legal que, progressivamente, deixa de ter qualquer relação com as saídas efectivas à medida que a emigração não legalizada ganha peso relativo. No final dos anos 50, as saídas rondam os 4500 emigrantes e no início de 70 cerca de metade. A Venezuela é o principal destino, com cerca de 60% das saídas; o Brasil perde importância, passando a 23%

(esta quebra é sentida de forma abrupta em 1964, data do golpe militar no Brasil). Esta diminuição da emigração para o Brasil provoca uma alteração na estrutura e no volume da emigração. Em rigor, este período poderia ser melhor caracterizado se dividido em duas fases: a primeira, de 1955 a 1963, com saídas médias de 4400 habitantes por ano, na qual a Venezuela se constitui como o principal destino, com cerca de metade dos emigrantes, e na qual o Brasil se mantém como segundo destino, tendo a África do Sul menor expressão; uma segunda fase, de 1964 a 1972, com saídas médias de cerca de 2900 emigrantes por ano. A Venezuela é o principal destino e absorve a grande maioria da emigração madeirense (cerca de 78%).

Nos três anos imediatamente antes e após a revolução – entre 1973 e 1975 – a emigração madeirense sofre uma nova subida, cifrando-se em cerca de 4000 emigrantes por ano. Continua a ser uma emigração fundamentalmente virada para a Venezuela, país que detém cerca de metade destas saídas. A Europa, que já em 1969 e 1970 se tinha revelado como um destino significativo, passa a ser a segunda escolha destes emigrantes (cerca de 17%). A América do Norte e a Austrália, que ressurge como um destino da emigração insular, constituem destinos com uma importância menor.

De 1976 a 1988, a emigração legalizada perde importância gradualmente. Nos primeiros anos apresenta saídas na ordem dos 1500 indivíduos, nos últimos emigram apenas cerca de 150 pessoas. São valores totalmente desligados do quantitativo real das saídas, que deixam de passar por processos formais. A Venezuela mantém-se como primeiro destino, a Europa como segundo, com quantitativos similares aos do período anterior. A importância dos destinos¹⁹ nas várias décadas é apresentada na tabela seguinte.

Tabela 9. Principais destinos dos emigrantes madeirenses (1900-1988)

Data	África	Brasil	Amér.Sul	Venezuela	Curaçau	Am. Norte	Oceânia	Europa	Desc/Out
1900-1911	3,4 a)	48,1	4,4	–	–	25,6	15,5	0,3	0,0
1911-1920	2,0	37,1	1,4	–	–	58,3	0,0	1,1	0,0
1920-1930	3,6	58,0	10,5	–	–	18,6	0,0	9,3	0,0
1930-1940	23,2	25,3	1,9	7,3	–	19,5	0,0	16,7	12,5
1940-1950	6,9	33,6	1,1	17,5	28,4	6,3	0,0	5,8	5,8
1950-1960	11,1	46,4	0,3	35,9	4,3	0,5	0,0	0,0	2,4
1960-1970	9,1	18,2	0,0	65,4	2,3	2,2	0,0	2,2	2,8
1970-1981	3,8	1,7	1,8	62,2	–	11,3	5,2	15,4	0,0
1981-1988	3,9	0,0	0,0	20,0	–	22,2	21,1	32,7	0,0

¹⁹ Tal como muitas outras recolhas estatísticas a área de destino dos emigrantes não obedece a um único critério, sendo mesmo frequente a sua mudança. Durante muito tempo utilizou-se uma classificação fundamentalmente continental, à excepção do Brasil (referido sempre autonomamente e não na América do Sul), posteriormente foi utilizada um critério baseado nos diferentes países de destino.

Em resumo, pode considerar-se que, até aos anos 40, os principais destinos migratórios dos madeirenses eram o Brasil e a América do Norte. A América do Norte inicia um processo de perda de peso relativo a partir dos anos 20, mas é fundamentalmente a partir dos anos 40 que deixa de ter qualquer expressão significativa, que só é retomada nos anos 70 e sobretudo 80. O Brasil, pelo contrário, mantém até tarde, anos 50, uma importância marcante como destino dos emigrantes e só nos anos 60 começa a perder a preponderância, tendo nos anos 70 já um peso sem significado.

A partir dos anos 30, inicia-se uma forte corrente emigratória para a Venezuela que, nos anos 60 e 70, se torna nitidamente maioritária. Ao longo de todo o século XX, a emigração para a África do Sul é constante apesar de sofrer algumas oscilações. A Austrália é também um importante destino mas apenas em dois períodos específicos: na primeira década do século e nos anos 70-80. A Europa nunca foi um destino muito importante, mas em alguns períodos assume alguma relevância: nos anos 30, e nos anos 70-80, nestas últimas décadas o país maioritariamente responsável por este fluxo é a Grã-Bretanha. Curaçau é também uma região de forte atracção nos anos 40 e depois perde progressivamente a importância.

Desde o pós-guerra, mas em especial neste último período a emigração legal fica muito aquém do número calculado das perdas por emigração calculado no saldo migratório. Isso obriga a que a análise dos destinos dos emigrantes tenha que ser interpretada com alguma precaução uma vez que se refere a uma parcela, cada vez menor, dos emigrantes madeirenses. Nada indica que os outros emigrantes se dirijam para as mesmas regiões em igual proporção.

A análise da emigração legal revela a existência de quatro períodos com características bem distintas entre si, como é visível no quadro seguinte²⁰.

Tabela 10. Taxa bruta de emigração (%) na Madeira de 1890 a 1988

	1890-00	1900-11	1911-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81	1981-88
TBE-HM	10,9	11,5	12,7	7,3	4,9	6,2	18,1	13,1	8,9	1,6
TBE-H	13,1	15,2	16,6	10,8	7,3	10,3	25,4	13,7	8,8	1,5
TBE-M	8,8	8,1	9,2	4,1	2,7	2,4	12,0	12,8	8,8	1,8
Rácio M/H	67,2	53,3	55,4	38,0	37,0	23,3	47,2	93,4	100,0	120,0

Desde a última década do século XIX até ao final da primeira guerra mundial a emigração legal é forte, com valores que oscilam entre 10,9 e 12,7 ‰ anuais.

²⁰ A taxa de emigração traduz o número médio anual de emigrantes ao longo de cada período intercensitário. Tem como base de referência a população média desse período.

Trata-se duma emigração predominantemente masculina: o rácio entre as duas taxas indica que a emigração feminina varia entre cerca de 50 a 70% da masculina.

Nos três decénios seguintes, dos anos 20 aos anos 40, a emigração legal sofre uma forte retracção passando os seus valores para cerca de 50-60% do nível anterior. O fim da guerra, mas sobretudo o início das limitações à entrada de emigrantes nos EUA a partir de 1922-24, depois a Grande Depressão e finalmente a Segunda Guerra terão sido os principais factores explicativos da diminuição da emigração. A comparação entre as taxas de emigração da população feminina e masculina revela que durante este período a emigração foi muito mais marcadamente masculina: a emigração feminina varia entre pouco mais de 20% a um valor inferior a 40% da intensidade encontrada na população masculina.

Nos anos 50 e 60 a emigração legal aumenta de forma bastante clara, embora não tão marcada como é indiciado pela análise da taxa do saldo migratório, o que revela a importância dos movimentos migratórios não legalizados. Se nos anos 50 a emigração é ainda predominantemente masculina, na década seguinte os valores da emigração observados para homens e para mulheres aproximam-se, dando início a uma tendência de emigração equilibrada relativamente ao sexo que se virá a manter posteriormente.

A partir dos anos 70 assiste-se a uma clara diminuição dos valores da emigração legal, que nos anos 80 é quase nula. Se é provável que tal resulte, em parte, de uma efectiva diminuição da emigração madeirense, é também evidente que os baixos valores encontrados nestas décadas resultam, fundamentalmente, da emigração ter passado a assumir um carácter marcadamente não-legalizado.

Durante um longo período, a emigração madeirense é acentuadamente mais intensa no sexo masculino: entre finais do século XIX e o fim da Grande Guerra, a taxa de emigração feminina é cerca de 50 a 60% da verificada no sexo masculino; posteriormente, entre 1920 e 1950, a situação agrava-se: a taxa feminina chega a ser quase um quinto da masculina; a partir dos anos 50, a situação tende para uma maior semelhança na tendência para emigrar e, desde os anos 60, a emigração perde gradualmente este carácter diferencial. Na última década analisada, são as mulheres que apresentam maiores taxas de emigração.

CONCLUSÃO

Não se pode afirmar que o processo de transição demográfica inicia a sua primeira fase, com a descida da mortalidade, ou a segunda fase, com o declínio da fecundidade, numa data específica. A passagem do antigo para o novo regime demográfico é um processo longo e complexo. A população delimitada a partir dum critério geográfico não é homogénea e não vê a sua mortalidade ou a sua fecundidade descerem de forma idêntica nos vários grupos sociais.

As várias camadas que constituem o tecido social duma população apresentam importantes diferenças ao nível da esperança de vida, da mortalidade infantil, infanto-juvenil, das causas de morte, etc., enfim, dos vários indicadores que podem mostrar a maior ou menor proximidade da morte. O acesso a uma melhor qualidade de vida, alimentação, condições sanitárias, acesso a cuidados médicos regulares está dependente, de forma directa, de condicionantes socioeconómicas muito diversas. A passagem de uma mortalidade de antigo regime, onde se morria cedo, as crises e epidemias eram frequentes, as doenças endémicas tinham um peso considerável, para um novo regime, no qual se morre bastante mais tarde, as epidemias são raras, e se morre sobretudo por causas cardiovasculares e de cancro é uma transição que ocorre necessariamente em épocas diferentes nos vários grupos populacionais.

Também a nível da fecundidade se pode afirmar o mesmo. O número médio de filhos tido durante o casamento, a idade do primeiro e do último filho, a probabilidade de ter filhos fora dos vínculos matrimoniais, etc., são aspectos claramente relacionados com o grupo social de pertença de cada indivíduo. É assim que em lugar de se considerar apenas uma população se deveriam considerar múltiplas subpopulações em função das suas características enquanto grupo social. A necessidade e a possibilidade de controlar a fecundidade está relacionada com aspectos económicos, sociais e culturais dos vários grupos populacionais. A passagem dum modelo familiar, no qual os filhos são tipicamente o garante da segurança na velhice para um outro tipo de vida familiar, em que um filho representa um custo e, em simultâneo, constitui uma fonte de aspirações e expectativas centradas na criança, é lenta, complexa e influenciada por todo um vasto conjunto de mudanças sócio culturais.

Assim, as datas apontadas como reveladoras dos primeiros sinais de mudança na mortalidade e na fecundidade, indicam apenas que em alguns grupos sociais, ou delimitados geograficamente, eram já manifestas algumas tendências, que progressivamente se vão generalizar ao resto da população. É neste sentido que deve ser entendido o declínio, em etapas, que se observa na fecundidade legítima. O primeiro declínio, observado nos anos 30, deve reflectir o início deste processo em alguns grupos populacionais e, só mais tarde, nos anos, 60 a generalização das novas atitudes face à contracepção se alargam gradualmente à maioria da população.

Também a nupcialidade e os movimentos migratórios apresentam uma importante relação com a pertença social dos indivíduos. Os pequenos proprietários rurais, os colonos, os jornaleiros, os assalariados agrícolas, os pequenos comerciantes, a população que trabalha na indústria, a que trabalha nos serviços, a população urbana, a que reside nas áreas rurais, etc. Não apresentam os mesmos padrões etários de casamentos, nem as mesmas proporções de celibato. Da mesma forma, o recurso à emigração e posteriormente a probabilidade de ajudar familiares a emigrar é diferente de acordo com os grupos sociais de pertença.

Se, no que respeita às duas componentes do movimento natural é indiscutível a necessidade de aprofundar o conhecimento da dinâmica demográfica em função dos subgrupos populacionais, essa necessidade é ainda mais presente quando se estudam fenómenos como as migrações ou os padrões de nupcialidade.

Apesar do conjunto de profundas mudanças demográficas sofridas pela região entre finais do século XIX e início do século XXI, uma característica parece inalterável na região: a nupcialidade mantém-se com níveis surpreendentemente estáveis. Trata-se de uma situação invulgar, no contexto português mas também Europa, onde o padrão de nupcialidade de Hajnal se foi, gradualmente, diluindo.

De uma forma global, a emigração madeirense constituiu-se, desde cedo, como um dos principais factores condicionantes da dinâmica populacional. Sem estas saídas o crescimento efectivo da população insular teria sido muitíssimo maior e a estrutura populacional seria menos recortada e mais equilibrada nas idades activas. É provável que a nupcialidade e a fecundidade dos casais tivesse seguido outro tipo de evolução, se o crescimento populacional não fosse aliviado pelas saídas e existisse uma maior pressão populacional sobre os recursos insulares.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Alberto, 1969. *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas adjacentes) – Migrações Internas 1921-1960*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1994. *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto.
- BACCI, Massimo Livi, 1971. *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton university Press, Princeton.
- BANDEIRA, Mario Leston, 1996. Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BRITO, Raquel Soeiro de, 1989. “A importância da ilha da Madeira no início da expansão ibérica e a sua evolução recente”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira 1986 vol. I*, Governo Regional da Madeira, Funchal.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1987. *Camponeses da Madeira*, as Bases Materiais do Arquipélago 1750-1900, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- CARDOSO, Agostinho, 1968. “O fenómeno económico-social da emigração madeirense”, *Revista de Direito Administrativo*, tomo XII, nº 3, Coimbra.
- COALE, Ansley e WATTKINS, Susan, 1986. *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.
- CÓNIM, Custódio, 1990. *Portugal e a sua População, vol.II*, Ed. Alfa, Lisboa.
- DAVIS, Kingsley, 1945 “The world demographic transition”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, vol 273, Jan I : 1-11.
- GASPAR, Jorge, 1987. *Os Próximos Vinte Anos, vol. I, Ocupação e Organização do Espaço, Retrospectiva e Tendências*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GOMES, Fátima Freitas e VIRÍSSIMO, Nelson, 1983. *A Madeira e o Sidonismo*, Governo Regional da Madeira, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal.

- HENRIGUES, Filipa castro e Teresa Ferreira Rodrigues, 2008. “o Século XX: a transição”, in Rodrigues, Teresa Ferreira (Coord.), 2009. *História da População Portuguesa*, Afrontamento, Lisboa.
- NEPOMUCENO, Rui, 1994. *As crises de Subsistência História da Madeira*, Ensaio Histórico, Caminho, Lisboa.
- NOTESTEIN, F.W., 1945. “Population the long view”, E. Schultz ed., *Food for the World*, University of Chicago Press : 36-56
- OLIVEIRA, Isabel Tiago, 2007. “A transição da fecundidade e o sistema de respostas múltiplas em Portugal”, *Análise Social*, n.º183, pp. 471-484.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago, 1999. “A ilha da Madeira. Transição demográfica e Emigração”, *População e Sociedade*, 1999, n.º 5, pp. 25-59.
- MENDONÇA, Alice, 2008. “A População Madeirense num Período de Transição: Uma Década de Mudança (1991-2001). Viagem pelos Concelhos: análise comparativa”, *Tribuna da Madeira*, 18 de Janeiro de 2008, Madeira, pp. 26-27.
- MENDONÇA, Alice, 2008. “A População Madeirense num Período de Transição: Uma Década de Mudança (1991-2001). Viagem pelos Concelhos: análise comparativa”, *Tribuna da Madeira*, 25 de Janeiro de 2008, Madeira, pp. 26-27.
- MENDONÇA, Alice, 2008. “A População Madeirense num Período de Transição: Uma Década de Mudança (1991-2001). Viagem pelos Concelhos: análise comparativa”, *Tribuna da Madeira*, 1 de Fevereiro de 2008, Madeira, pp. 26-27.
- PINTO, M^a Luís Rocha, 1993. *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco*, dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.
- PINTO, M^a Luís Rocha e Rodrigues, Teresa, 1990. “A Madeira na viragem do século (1890-1930), características da sua evolução demográfica” in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Imprensa de Coimbra, Coimbra.
- REIS, Célia, 1990. *A Revolta da Madeira e Açores (1931)*, Livros Horizonte, Lisboa.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.), 2009. *História da População Portuguesa*, Afrontamento, Lisboa.
- ROWLAND, R., 1997. *População, Família e Sociedade. Portugal séculos XIX-XX*, Celta, Oeiras
- SOUSA, António Teixeira, 1965. “A emigração madeirense”, *Comunicação apresentada no 1º Congresso das Comunidades Portuguesas em Lisboa*.
- SILVA, F.A. e MENESES C.A., 1984. *Elucidário Madeirense*, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal.
- VIEIRA, Alberto, 1993. “A emigração madeirense na segunda metade do século XIX”, Silva, M. Beatriz Nizza da e outros (coord.), *Emigração/Imigração em Portugal Actas do “Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (secXIX-XX)*, Fragmentos, Lisboa.

ANEXOS

Tabela 1. Número de habitantes nos concelhos da Madeira (1864-2011)

Concelhos	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Porto Moniz	5964	4559	4265	4206	4404	4594	5068	6175	6422	5917	4480	3963	3432	2927	2711
S. Vicente	7560	8458	7720	8101	8507	9182	9684	11474	12521	11603	10065	8501	7695	6198	5721
Santana	8315	9475	9013	9337	10127	9814	10908	14038	15543	13971	12850	11253	10302	8804	7795
Calheta	12367	16652	17010	18266	20357	20193	21990	24255	24078	21799	15505	12954	13005	11946	11519
Ponta do Sol	15168	16912	16861	19019	20131	12114	13296	14984	15735	13829	10945	9149	8756	8125	8853
Ribeira Brava	-	-	-	-	-	14132	16394	19382	20762	19793	15960	13480	13170	12494	13362
Camara de Lobos	12556	15369	14929	17468	20139	17578	21806	24130	27420	29759	31810	31035	31476	34614	35659
Funchal	31497	37651	37011	43375	50210	52082	68030	86490	93983	98113	101810	112746	115403	103961	112015
Sta Cruz	9339	11181	15033	16358	20027	21076	24852	26129	28070	29042	22940	23261	23465	29721	43018
Machico	7496	10216	10287	11820	13983	17343	17936	19673	22218	21606	21010	22126	22016	21747	21803
Porto Santo	1425	1748	1956	2390	2206	2252	2494	2709	3017	3505	3760	4376	4706	4474	5482
Arquipélago	111687	132221	134085	150340	170091	180360	212458	249439	269769	268937	251135	252844	253426	245011	267938

Tabela 2. Peso relativo dos diferentes concelhos da Madeira (1864-2011)

Concelhos	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Porto Moniz	5,3	3,4	3,2	2,8	2,6	2,5	2,4	2,5	2,4	2,2	1,8	1,6	1,4	1,2	1
S. Vicente	6,8	6,4	5,8	5,4	5	5,1	4,6	4,6	4,6	4,3	4	3,4	3	2,5	2,1
Santana	7,4	7,2	6,7	6,2	6	5,4	5,1	5,6	5,8	5,2	5,1	4,5	4,1	3,6	2,9
Calheta	11,1	12,6	12,7	12,1	12	11,2	10,4	9,7	8,9	8,1	6,2	5,1	5,1	4,9	4,3
Ponta do Sol	13,6	12,8	12,6	12,7	11,8	6,7	6,3	6	5,8	5,1	4,4	3,6	3,5	3,3	3,3
Ribeira Brava						7,8	7,7	7,8	7,7	7,4	6,4	5,3	5,2	5,1	5
Camara de Lobos	11,2	11,6	11,1	11,6	11,8	9,7	10,3	9,7	10,2	11,1	12,7	12,3	12,4	14,1	13,3
Funchal	28,2	28,5	27,6	28,9	29,5	28,9	32	34,7	34,8	36,5	40,5	44,6	45,5	42,4	41,8
Sta Cruz	8,4	8,5	11,2	10,9	11,8	11,7	11,7	10,5	10,4	10,8	9,1	9,2	9,3	12,1	16,1
Machico	6,7	7,7	7,7	7,9	8,2	9,6	8,4	7,9	8,2	8	8,4	8,8	8,7	8,9	8,1
Porto Santo	1,3	1,3	1,5	1,6	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,3	1,5	1,7	1,9	1,8	2
Arquipélago	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 3. Taxa bruta de mortalidade nos concelhos da Madeira (1864-2011)

Concelhos	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Porto Moniz	30,3	27,1	27,0	19,1	20,1	15,3	10,7	12,6	11,8	14,4	17,8	
S. Vicente	36,1	27,4	31,1	27,5	22,5	11,8	10,4	20,4	12,0	14,2		
Santana	26,7	18,5	22,5	17,9	15,7	11,3	9,8	10,0	9,9	10,5	14,4	
Calheta	25,7	17,2	19,8	14,6	14,6	11,4	11,4	14,6	15,2	14,7	15,6	
Ponta do Sol	27,4	21,5	18,9	17,4	16,8	11,5	11,9	12,5	13,2	14,8	13,9	
Ribeira Brava		21,7	16,1	15,9	10,7	10,7	11,5	11,1	11,2	13,2		
Camara de Lobos	25,1	21,3	28,1	20,1	19,9	12,3	12,7	10,2	7,9	7,7	7,6	
Funchal	30,1	22,5	26,3	20,1	17,9	13,5	12,8	11,3	9,4	9,5	10,9	
Sta Cruz	19,7	14,7	16,1	13,7	13,3	9,6	8,4	12,1	11,6	10,6	9,6	
Machico	21,1	16,5	16,1	15,3	13,9	10,7	9,3	8,5	8,1	8,5	9,0	
Porto Santo	33,1	22,4	28,4	26,9	18,7	14,7	12,3	11,8	8,3	6,8	10,0	
<i>Arquipélago</i>	25,5	22,8	20,3	22,8	18,2	16,9	12,2	11,5	11,2	9,9	10,0	10,8

Tabela 4. Taxa bruta de natalidade nos concelhos da Madeira (1864-2011)

Concelhos	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Porto Moniz	41,8	39,9	35,8	42,4	36,5	37,8	29,7	22,7	13,3	12,7	9,5	
S. Vicente	38,8	43,3	43,8	48,1	39,4	37,2	36,1	24,8	32,0	10,4	9,0	
Santana	38,8	38,2	41,1	45,2	34,4	29,7	28,3	18,6	13,6	10,0	8,0	
Calheta	35,4	34,0	30,8	33,4	28,0	26,5	26,1	20,2	12,5	10,9	10,2	
Ponta do Sol	38,4	40,8	33,6	37,5	30,6	29,9	30,4	22,7	13,8	13,6	12,9	
Ribeira Brava		36,5	39,7	33,9	30,6	30,6	30,5	24,1	15,9	13,2	14,0	
Camara de Lobos	39,2	43,1	42,3	45,2	38,9	39,9	43,0	30,4	24,0	21,0	16,9	
Funchal	37,6	38,7	33,4	33,6	25,5	26,2	33,1	28,8	18,7	13,0	12,5	
Sta Cruz	34,0	36,9	31,7	32,9	30,2	27,2	21,0	16,8	15,1	13,6	14,5	
Machico	36,4	42,1	32,7	40,6	34,6	33,0	31,9	24,9	18,5	14,3	12,2	
Porto Santo	48,1	39,1	35,7	38,3	33,7	30,3	34,2	21,5	17,9	12,9	12,1	
<i>Arquipélago</i>	38,3	41,4	39,2	35,0	37,5	30,7	29,9	31,7	25,6	17,9	13,9	13,0

